

Índice

Introdução	3
Plano de Acção – Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local.....	6
Objectivo Operacional	
Informar e Comunicar	13
Objectivo Operacional	
Promover a gestão ambiental sustentável	
Plano de Acção N° 01 – Promover a ecoeficiência do uso da água, garantindo a qualidade no abastecimento	17
Plano de Acção N° 02 – Apostar na eficiência energética e nas energias renováveis	20
Plano de Acção N° 03 – Dinamizar a mobilidade territorial sustentável.....	23
Plano de Acção N° 04 – Requalificar o património natural e construído	27
Objectivo Operacional	
Apoiar a sustentação da inovação empresarial	
Plano de Acção N° 05 – Valorizar e potenciar o capital humano.....	30
Plano de Acção N° 06 – Refazer o modo como “fazemos”	33
Plano de Acção N° 07 – Estimular a criação e integração em redes potenciadoras de inovação	37
Plano de Acção N° 08 – Promover um turismo integrado	41
Plano de Acção N° 09 – Melhorar o modelo relacional interno e externo da Autarquia	46
Plano de Acção N° 10 – Implementar na Autarquia um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho	52

Objectivo Operacional

Intervir na coesão social

Plano de Acção N° 11 – Estimular os jovens para um crescimento activo e responsável.....	55
Plano de Acção N° 12 – Dinamizar acções de formação ao longo da vida.....	58
Plano de Acção N° 13 – Promover o envelhecimento activo	61
Plano de Acção N° 14 – Fomentar o empreendedorismo e a criatividade	64

Introdução

O conjunto de planos de acção que se propõe, serve o objectivo de dinamizar um ecossistema de inovação. Visa concretizar os objectivos operacionais, no quadro da Visão enunciada para o Concelho da Marinha Grande.

MARINHA GRANDE TERRITÓRIO DE INOVAÇÃO

Os planos de acção apontam para actuações que devem ser autosustentáveis, nos seus diversos campos de acção, nomeadamente no que respeita, a actividades culturais, que devem ser lucrativas e não apenas subsidiadas. Acções auto-sustentáveis dão origem a empreendedorismo e a inovação, e neste âmbito, recorrer a *outsourcing* aumenta a capacidade de trabalho em rede e intensifica a interactividade entre a Câmara Municipal, as empresas e os indivíduos.

De acordo com os princípios da Agenda 21 Local, as acções propostas vão ao encontro de uma cultura de exigência, para que o desenvolvimento seja uma realidade, contrapondo-se à ameaça de facilitismo recorrente.

Os planos de acção são sequenciais à priorização de necessidades de intervenção e integram um conjunto de projectos conexos que pretendem constituir a componente operacional do processo de implementação da Agenda 21 Local do Concelho da Marinha Grande.

O desenvolvimento sustentável está intrinsecamente ligado à qualidade de vida, consubstanciada na qualidade do ambiente, na melhoria das condições de vida, no aumento do nível de vida da comunidade envolvida e na qualificação dos recursos humanos. Assim, os planos de acção devem ser apresentados no Fórum de Desenvolvimento Sustentável, para que se reflectam nas necessidades e vontades dos munícipes.

O acompanhamento e a monitorização destes planos de acção, através do conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável seleccionado para o efeito, têm por base o princípio de melhoria contínua aplicado à estratégia de desenvolvimento sustentável do Concelho da Marinha Grande. Sempre que necessário devem ser reajustados de modo a integrar novas situações, incorporar sucessos e corrigir os insucessos verificados.

Introdução

No entanto, será inútil acompanhar a concretização dos planos de acção se for para constatar que “continua tudo na mesma”. Isto sucederá, necessariamente, se as linhas de acção propostas nos planos de acção não forem apropriadas pelos agentes económicos, sociais e culturais, ou seja, por todos os agentes locais, no sentido de se comprometerem com a sua execução. Para que a participação da comunidade seja efectiva é necessário estruturar a implementação da Agenda 21 Local e informar para a dar a conhecer.

Deste modo, dissociamos o primeiro Plano de Acção de qualquer Objectivo Operacional, por ser constante, subsequente e transversal ao processo de implementação da Agenda 21 Local, e porque é, no nosso entendimento, a chave do sucesso deste processo.

Os restantes planos de acção estão agregados em função dos objectivos operacionais que foram definidos.

Todos os planos de acção têm a seguinte sistematização:

Objectivos gerais do Plano de Acção
Linhas de Acção para a concretização do Plano de Acção
Indicadores de Desenvolvimento Sustentável que lhes estão associados
Indicadores Ambientais – IA
Indicadores Económicos – IE
Indicadores Sociais – IS
Indicadores de Conhecimento e Inovação – ICI
Principais intervenientes na sua concretização

De seguida apresenta-se a estruturação dos Planos de Acção:

Introdução

Objectivos Operacionais	Planos de Acção
PA – Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local	
PROMOVER A GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL	PA 01 – Promover a ecoeficiência do uso da água, garantindo a qualidade no abastecimento
	PA 02 – Apostar na eficiência energética e nas energias renováveis
	PA 03 – Dinamizar a mobilidade territorial sustentável
	PA 04 – Requalificar o património natural e construído
APOIAR A SUSTENTAÇÃO DA INOVAÇÃO EMPRESARIAL	PA 05 – Valorizar e potenciar o capital humano
	PA 06 – Refazer o modo como “fazemos”
	PA 07 – Estimular a criação e integração em redes potenciadoras de inovação
	PA 08 – Promover um turismo integrado
	PA 09 – Melhorar o modelo relacional interno e externo da Autarquia
	PA 10 – Implementar na Autarquia um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança no trabalho
INTERVIR NA COESÃO SOCIAL	PA 11 – Estimular os jovens para um crescimento activo e responsável
	PA 12 – Dinamizar acções de formação ao longo da vida
	PA 13 – Promover o envelhecimento activo
	PA 14 – Fomentar o empreendedorismo e a criatividade

INFORMAR E COMUNICAR

Plano de Acção

Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local

Objectivos Gerais

A filosofia da Agenda 21 Local pressupõe o envolvimento activo de toda a comunidade.

O sucesso da implementação do programa de desenvolvimento sustentável depende da sua estruturação e organização, para que todos os intervenientes conheçam o seu papel, as suas funções e responsabilidades.

A operacionalização das etapas de implementação da Agenda 21 Local conduz a um maior empenhamento das pessoas envolvidas, tornando-a, conseqüentemente, mais eficaz e deste modo interiorizada pela restante comunidade. Isso implica pensar uma estrutura de forma sistemática, para que seja eficiente, simples e com uma orgânica com poucos níveis. É também importante que cada cidadão possa entender quem são os interlocutores, com quem pode contar e colaborar.

Para o efectivo sucesso da Agenda 21 Local, sugerimos que todo o processo de implementação comece por este plano de acção, para que, interna e externamente, seja transmitida solidez, consistência e confiança no processo. A sua divulgação permite dar a conhecer o rosto mobilizador da Agenda 21 Local e abre as portas para a efectiva participação da comunidade.

Linhas de Acção

- Estruturar o Programa da Agenda 21 Local através de:
 - Definição da estrutura organizacional (organigrama) da Agenda 21 Local;
 - Determinação da composição de cada uma das estruturas constituintes do organigrama;
 - Enunciação das funções e responsabilidades de cada uma das estruturas criadas;
 - Calendarização das actividades a desenvolver ao longo do programa e estabelecimento de objectivos e metas a atingir.

Plano de Acção – Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local

- Divulgar esta estrutura através dos meios de comunicação privilegiados do Concelho, para maximizar o conhecimento local sobre a Agenda 21 Local e para facilitar a mobilização de todos os agentes nas acções de implementação.
- Mobilizar os diferentes agentes e intervenientes locais na sua área de actuação, através de cada grupo de trabalho, para dar início e continuidade à constituição do Fórum de Desenvolvimento Sustentável.
- Constituir o Fórum de Desenvolvimento Sustentável, como instância principal do envolvimento da comunidade no processo de participação da Agenda 21 Local:
 - FASE 1 – Composição e constituição do Fórum. Deve envolver todos os cidadãos individualmente ou enquanto organizações ou agrupamentos existentes, abrangendo todos os sectores, tendo em atenção que:
 - ◆ É necessário seleccionar os membros a convidar;
 - ◆ Não se deve limitar ou impedir qualquer participação;
 - ◆ Numa primeira abordagem deverão ser todos convidados, para se ter uma ideia de “dimensão” (todos os cidadãos e todos os grupos representativos da comunidade local);
 - ◆ Numa segunda fase ter-se-á que escolher os membros em função da sua representatividade em relação aos diversos grupos de interesse e sectores constituídos;
 - ◆ A partir daí, a composição do Fórum poderá basear-se em representantes de grupos que envolvam todos os sectores da sociedade.
 - FASE 2 – Definição de objectivos (claros e simples) do Fórum. Devem ser aprovados formalmente na primeira reunião plenária do Fórum. Trata-se de um mecanismo e de um espaço de envolvimento de toda a comunidade local, no qual:
 - ◆ sejam expostas todas as necessidades e aspirações;
 - ◆ sejam apresentadas as prioridades de desenvolvimento;
 - ◆ sejam apresentadas as propostas concretas definidas na Agenda 21 Local;
 - ◆ seja promovida uma cooperação aos mais diversos níveis;
 - ◆ seja acompanhada a evolução da Agenda 21 Local, o que será mais proveitoso se o Fórum for desenvolvido desde o início da sua implementação.
 - FASE 3 – Elaborar o regulamento e estatutos de funcionamento do Fórum de Desenvolvimento Sustentável. Deverão ser aprovados em plenário.

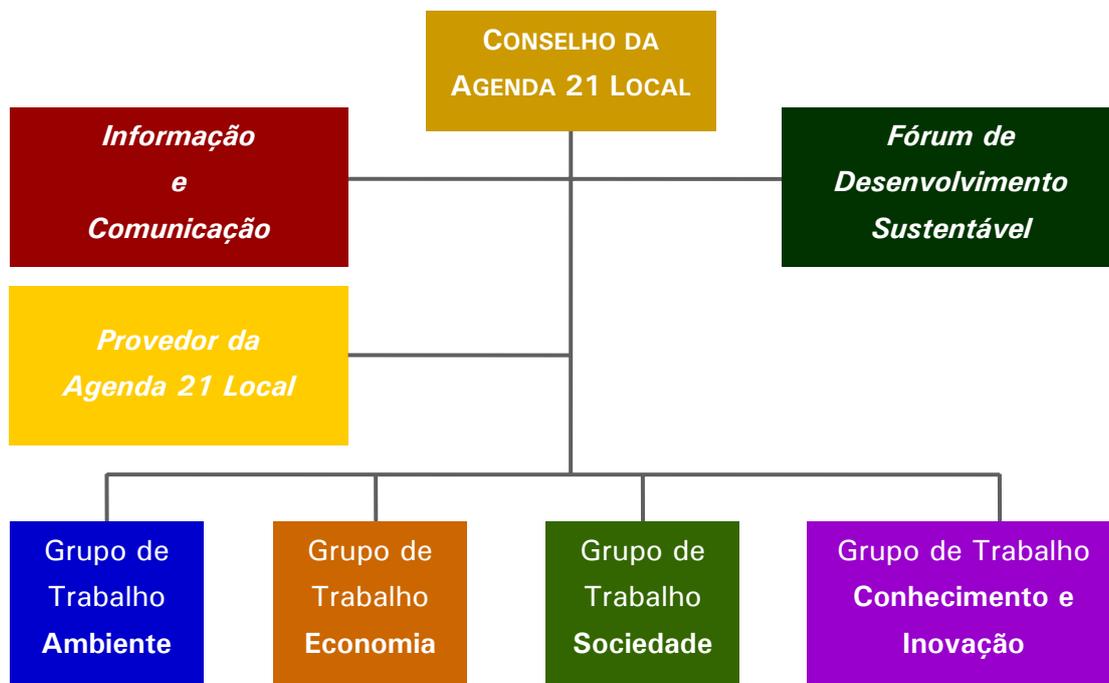
Plano de Acção – Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local

- Dinamizar o Fórum de Desenvolvimento Sustentável desde o início do processo de implementação da Agenda 21 Local. A Autarquia pode assumir a função de dinamização e deve constituir uma comissão organizadora, com participação plurifacetada, e propor a realização da primeira reunião plenária, sugerindo data, local e agenda.
- Estruturar a agenda de trabalhos da primeira reunião do Fórum, tendo em conta:
 - as três fases de constituição do Fórum;
 - a forma como se elege o presidente do Fórum, qual o seu perfil e as suas características fundamentais;
 - a definição do mandato e das competências do presidente;
 - as regras de aceitação de todas as candidaturas voluntárias a presidente do Fórum;
 - a possibilidade de realização de sessões subsequentes, por impossibilidade de organizar, discutir e aprovar tudo o que foi apontado e que se considera o mínimo desejável, numa primeira sessão;
 - a preparação de todo o trabalho, por exemplo, elaborando as primeiras versões dos documentos, e prevendo várias reuniões “plenárias”, se forem necessárias.
- Realizar sessões temáticas do Fórum de Desenvolvimento Sustentável, de modo a que cada sessão tenha objectivos e participantes específicos, e conclusões e acções direccionadas. Assim, sugere-se:
 - a realização, numa fase inicial, de uma sessão do Fórum por Objectivo Operacional, com a finalidade de dar a conhecer os fundamentos desse objectivo e os planos de acção que o sustentam;
 - a realização de sessões subsequentes do Fórum por Plano de Acção (um número de sessões necessárias por plano), com o objectivo de mobilizar os agentes e realizar as acções propostas nesse plano.

Plano de Acção – Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local

Notas importantes

A título exemplificativo, apresenta-se o seguinte organigrama para o programa da Agenda 21 Local.



O bom funcionamento desta estrutura implica os seguintes pressupostos:

- Uma estrutura leve facilita todo o processo de implementação;
- O Conselho da Agenda 21 Local é a entidade máxima do programa, sendo constituído por elementos pertencentes à Câmara Municipal. Sugere-se o Presidente da Câmara Municipal, representante por Grupo de Trabalho, representante do Fórum de Desenvolvimento Sustentável (quando constituído) e representante do núcleo de comunicação;
- A comunicação sobre a Agenda 21 Local é determinante para a sua promoção e sucesso, pelo que deve ter um núcleo específico que deve apoiar-se fortemente na Estratégia de Informação e Comunicação;
- O Fórum de Desenvolvimento Sustentável é fundamental para a eficiente implementação do programa da Agenda 21 Local, pelo que a sua constituição deve ser representativa da sociedade que a figura;

Plano de Acção – Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local

- Cada grupo de trabalho (Ambiente, Economia, Sociedade e Conhecimento e Inovação) deve ser constituído por um número reduzido de cidadãos. No entanto, deve ser representativo da massa crítica existente no Concelho relacionada com o tema de trabalho (entidades, organizações e/ou cidadãos);
- A constituição e coordenação de cada grupo de trabalho, bem como do núcleo de comunicação, deve ter em conta o *know-how* do corpo de técnicos da Câmara Municipal, escolhendo-se para o efeito as pessoas mais habilitadas a dar início à implementação do processo.

É de notar que a criação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável implica o comprometimento efectivo de todos os intervenientes e a sua constituição de uma forma espontânea e voluntária. A sua caracterização é completamente independente das autoridades públicas locais – mas admite-se que na fase inicial de arranque a Autarquia possa dar um impulso para a sua criação, providenciando: meios humanos, instalações, serviços (correio, secretariado), informação (meios de a produzir e divulgar), suporte financeiro... O Fórum é independente (não depende directamente de qualquer entidade ou instituição), autónomo (contribui directamente com sugestões), consultivo (não toma decisões), universal (todos podem participar) e voluntário (a participação e o trabalho).

O regulamento e estatutos de funcionamento do Fórum de Desenvolvimento Sustentável devem contemplar:

- quais as tarefas;
- como se desenvolvem as reuniões;
- como se convocam e qual a periodicidade das reuniões;
- qual o conteúdo das deliberações (decisões, recomendações, pareceres, etc.);
- constituição de grupos de trabalho específicos (porquê, para quê, mandato, composição);
- quais as condições de representatividade de um membro;
- como se poderá convidar ou aceitar um novo membro;
- como chegar a consensos para votações importantes;
- como manter isenção e neutralidade em cada assunto;

Plano de Acção – Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local

- como colaborar com outras entidades (p.e.: Autarquia) e como cooperar para além do Concelho;
- como se dinamiza e divulga o Fórum e a Agenda 21 Local;
- quais os papéis dos diversos actores e participantes;
- como funciona a organização administrativa, o secretariado e a logística (espaços e meios materiais, bem como a elaboração de actas e arquivo).

Composição do Fórum de Desenvolvimento Sustentável

Grupos	Especificações
Instituições	Câmara Municipal (corpos dirigentes); Assembleia Municipal; Juntas de Freguesia; Forças de segurança e de protecção civil.
População Local	Grupos de cidadãos residentes ou naturais; Grupos específicos (jovens, mulheres, reformados, minorias, ...).
Agentes Económicos	Empresários; Proprietários Rurais; Associações de Empresários / Comerciantes / Industriais; Entidades públicas ou privadas ligadas às actividades económicas de interesse estratégico.
Agentes Sociais	Grupos Culturais; Grupos Recreativos; Clubes Desportivos; Escolas; Associações locais; I.P.S.S. (p.e. Misericórdias);
Interesses ligados ao Ambiente	Empresas de gestão de recursos ambientais; Agência Portuguesa do Ambiente; Institutos de Investigação Científica; Associações de Protecção da Natureza e do Consumidor; Associações Não Governamentais de Ambiente (ONGA's).

Plano de Acção – Operacionalizar a implementação da Agenda 21 Local

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IS 01 – Participação dos cidadãos em acções de implementação da Agenda 21 Local

ICI 01 – Participação pública em acções de informação e esclarecimento

Principais Intervenientes

Câmara Municipal

Equipa responsável pela implementação da A21L

Juntas de Freguesia

Forças de segurança e de protecção civil

Grupos de cidadãos residentes ou naturais

Grupos específicos (jovens, mulheres, reformados, minorias...)

Empresários

Associações: locais, de empresários, comerciantes, industriais...

Entidades públicas ou privadas ligadas às actividades económicas de interesse estratégico

Grupos e associações culturais, recreativas e desportivas

Estabelecimentos de ensino e formação profissional

Instituições Privadas de Solidariedade Social (I.P.S.S.) (p.e. Misericórdias)

Empresas de gestão de recursos ambientais

Agência Portuguesa do Ambiente

Institutos de Investigação Científica

Associações de Protecção da Natureza e do Consumidor

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA's)

Organizações Não Governamentais (ONG's)

Outros grupos de interesse

Objectivo Operacional

Informar e Comunicar

Objectivos Gerais

Hoje, tal como as empresas, os concelhos têm de ser competitivos. O que implica a construção de uma visão partilhada do seu desenvolvimento e estabelecer o quadro de coordenação e cooperação horizontal e vertical entre actores públicos e privados. Importa, por isso, que a população e as diferentes instituições e empresas locais conheçam e compreendam o que se pretende, quais são os objectivos, quais os meios disponíveis e/ou a disponibilizar e quais os resultados esperados. Contexto este que só será possível se existir uma **Estratégia de Informação e Comunicação** concertada e eficaz.

Por outro lado, é necessário averiguar as realidades concretas e as dinâmicas do Município da Marinha Grande, no sentido de adequar o plano de comunicação às suas necessidades e à dimensão do Concelho. Isto, sem ignorar, porém, a necessidade de uma estratégia autárquica de modernização administrativa baseada na prestação de serviços de qualidade e na colaboração entre a Câmara Municipal e os munícipes, valorizando assim, a imagem institucional da mesma, junto dos cidadãos em geral e dos Marinhenses, em particular.

Importa, também, ter em conta que os municípios, enquanto alavancas de desenvolvimento local, não se limitam exclusivamente a prestar serviços públicos. A sua intervenção traduz-se hoje num incremento do grau de complexidade de actuação e, conseqüentemente, da actividade comunicacional, mercê da multiplicação de situações e de problemas de comunicação e de parceiros com os quais têm de contactar.

A actuação das autarquias inclui não só a prestação de serviços públicos, mas também o papel de agente facilitador da economia local, pelo que a estratégia de informação e comunicação deverá integrar igualmente a difusão de conhecimentos, de inovações, de acções concretas, ... Por outras palavras, deverá levar à publicitação e à persuasão para o consumo de serviços públicos, à promoção da imagem do Concelho e à sensibilização para práticas inovadoras de exploração dos recursos locais.

A comunicação dos municípios deve respeitar **duas condições**: ser **global** e ser

Objectivo Operacional – Informar e Comunicar

integrada. Global, porque está subjacente a todos os domínios de intervenção municipal, não devendo redundar exclusivamente numa assessoria de imagem do autarca; integrada, já que a sua concretização implica a operacionalização de vários procedimentos comunicacionais, desde os das relações públicas aos da publicidade. Conceber a comunicação municipal numa perspectiva integrada implicará, ainda, conseguir adaptar conceitos operativos do marketing à realidade autárquica, ou seja, desenvolver um marketing territorial.

É de salientar ainda que a comunicação no Município visa produzir efeitos, correlacionando três parâmetros: as metas a atingir, os benefícios e as mudanças a alcançar.

A operacionalização do plano de comunicação teve como pressupostos a realidade socioeconómica da Autarquia e a natureza das acções a implementar, pelo que os recursos humanos e financeiros a afectar foram ponderados de forma a alcançar economias de escala.

De modo a incrementar a eficácia da estratégia definida, advoga-se desde logo a existência de uma Unidade de Comunicação e Sistemas de Informação, a qual deverá estar adstrita ao Gabinete da Presidência. Defende-se ainda que esta irá assumir a responsabilidade de impulsionar o projecto comunicacional, através da organização das actividades e garantindo a máxima coerência e integração do trabalho efectuado. Por exemplo, tal unidade orgânica deverá assegurar, a promoção da interactividade entre os serviços autárquicos e os munícipes, mediante a simplificação de procedimentos e a adopção dos princípios da Gestão pela Qualidade¹.

Importa, igualmente, publicitar a realidade socioeconómica Marinhense, enquanto pólo de excelência e de inovação industrial, o seu contributo para o desenvolvimento nacional, bem como implementar um marketing territorial² que contribua para o desenvolvimento sustentado da economia, ao promover o tecido empresarial local e a captação de projectos estruturantes de investimento nacional ou estrangeiro.

¹ A Gestão pela Qualidade pode ser definida como qualquer processo de gestão, feito com o objectivo de promover a melhoria de produtos/serviços, tendo em vista a total satisfação das necessidades dos clientes/utentes. Desta forma, a gestão da qualidade não implica, a adopção de alguma certificação, porém, os conceitos da gestão da qualidade devem ser observados por qualquer organização/instituição, a saber: enfoque no cliente/utente, liderança, envolvimento das pessoas, abordagem sistémica, por processo e factual; melhoria contínua e o desenvolvimento de alianças estratégicas, parcerias com os fornecedores.

² Marketing territorial é a análise, planificação, execução de processos concebidos pelos actores de um território, de forma mais ou menos concertada e institucionalizada. A sua finalidade é, por um lado, responder às necessidades das pessoas e do seu território e, por outro, melhorar a curto e longo prazo a qualidade e competitividade global da cidade no seu ambiente concorrencial.

Objectivo Operacional – Informar e Comunicar

Por último, importa assinalar que o facto de algumas das acções propostas já se encontrarem em desenvolvimento ou implementadas, não deve ser interpretado como uma mera redundância, mas antes por considerarmos que o presente documento deve ser tão abrangente e completo quanto possível³. Por outro lado, atesta a sua importância para a transposição da Estratégia de Informação e Comunicação, como um todo uno e coeso, de modo a se atingir os objectivos propostos.

Linhas de Acção

- Plano de Comunicação:
 - Planificar e operacionalizar a actividade comunicacional do Município:
 - ◆ Constituir a Unidade de Comunicação e Sistemas de Informação;
 - ◆ Criar a figura do Provedor Municipal;
 - ◆ Implementar e gerir a imagem de marca do Município, integrada na estratégia global de comunicação.
 - Informar e fortalecer a coesão entre o Município, os seus colaboradores e as demais instituições inter-municipais:
 - ◆ Promover a difusão de informação, de acordo com os públicos internos a atingir;
 - ◆ Sensibilizar e estimular os recursos humanos para as acções a desenvolver.
 - Informar e publicitar as tomadas de posição e as actividades do Município, junto da população residente e dos naturais não residentes:
 - ◆ Divulgar conteúdos, ajustados aos diferentes públicos-alvo identificados;
 - ◆ Potenciar a interacção entre os eleitos municipais e os eleitores;
 - ◆ Publicitar e persuadir o consumo de novos serviços públicos.
 - Potenciar e fomentar a promoção económica, cultural e social do Concelho:
 - ◆ Potenciar e fomentar a promoção das actividades económicas do Concelho.

³ E até para não se correr o risco de, por algo não ser mencionado, ser entendido como não adequado.

Objectivo Operacional – Informar e Comunicar

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Enunciados no volume Estratégia de Informação e Comunicação

Principais Intervenientes

Enunciados no volume Estratégia de Informação e Comunicação

Plano de Acção N° 01

Promover a ecoeficiência do uso da água, garantindo a qualidade no abastecimento

Objectivos Gerais

“A água é um factor essencial para o desenvolvimento sócio-económico de um país, devendo ser considerada um recurso estratégico e estruturante, garantindo-se uma elevada eficiência do seu uso, ao que deve corresponder uma opção estratégica na política portuguesa de gestão de recursos hídricos” (Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS), 2007).

Em Portugal, o consumo de água por sectores divide-se em 87% para a agricultura, 8% para a indústria e 5% para o sector urbano. Por seu turno, no que respeita aos custos, o sector urbano é responsável por 46% dos custos totais, o sector industrial por 28% e o sector agrícola por 26% (SIDS, 2007).

Ao garantirmos a melhoria na eficiência da utilização da água estamos não só a contribuir para a preservação de um recurso estratégico para o país, a água, mas também para a redução de custos. Assim, torna-se fundamental proceder à correcta utilização e maximizar o aproveitamento, de forma a garantir a sua continuidade e qualidade.

É por isto que a gestão racional da água é um dos pontos prioritários de actuação das autarquias locais. Cabe a estas o dever de promover uma consciência ecológica nas populações, criando condições para uma maior pró-actividade na protecção deste recurso.

Linhas de Acção

- Garantir uma gestão eficiente dos sistemas de abastecimento de água, através de:
 - Estabelecimento de protocolos de actuação perante situações de contaminação dos sistemas públicos de abastecimento de água;
 - Inventariação e caracterização de origens de águas particulares e/ou outras susceptíveis de complementar as origens actualmente utilizadas pelos sistemas públicos;

Plano de Acção Nº 01 – Promover a ecoeficiência do uso da água, garantindo a qualidade no abastecimento

- Construção de reservatórios para garantir a continuidade do abastecimento;
 - Implementação de sistemas de tratamento de águas para as captações que apresentam água de qualidade inferior, permitindo a sua utilização para consumo humano;
 - Redução das perdas de água no sistema por identificação e correcção das falhas e roturas na rede pública, mantendo acções de vistoria e fiscalização periódicas.
- Promover o uso eficiente da água, no domínio urbano, através de:
- Realização de auditorias aos edifícios e equipamentos públicos, de forma a identificar situações de perda ou ineficiência;
 - Utilização de tecnologias que permitam maior eficiência e redução do consumo de água;
 - Recuperação e aproveitamento das águas pluviais;
 - Ponderação da reutilização de “águas cinzentas”⁴ por exemplo no enchimento de autoclismos;
 - Adequação dos procedimentos de lavagem de veículos;
 - Proibição do uso de água da rede pública nas seguintes situações: lavagem de pavimentos, lavagem de veículos, rega de jardins e espaços públicos, enchimento de lagos e espelhos de água; utilizando para estes efeitos águas de menor qualidade (pluviais, residuais tratadas...);
 - Gestão do volume de rega de acordo com as espécies plantadas nos espaços verdes, dando preferência a espécies autóctones adaptadas ao clima local, com menor exigência de água;
- Promover o uso eficiente da água, no domínio industrial, através de:
- Realização de auditorias aos processos produtivos, de forma a minimizar as perdas de água e identificar oportunidades de melhoria;
 - Utilização de sistemas de recirculação de água sempre que possível;
 - Utilização de água de qualidade inferior para limpeza das instalações, lavagem de veículos, ou substituição por sistemas de limpeza a seco.
- Sensibilizar a comunidade para a necessidade de preservação da água, para a ecoeficiência e para o consumo sustentável, através de:

⁴ Águas cinzentas são as que sobram dos banhos, das máquinas de lavar roupa, das máquinas de lavar loiça, dos lavatórios, e que, depois de uma depuração simples podem ser reutilizadas.

Plano de Acção N° 01 – Promover a ecoeficiência do uso da água, garantindo a qualidade no abastecimento

- Acções de sensibilização e informação dirigidas a diferentes públicos-alvo, nomeadamente: escolas, consumidores domésticos (em articulação com as Juntas de Freguesia), consumidores comerciais (em articulação com as associações de comerciantes), consumidores industriais (em articulação com as associações industriais);
- Comemoração de dias representativos como o Dia Mundial da Água, com actividades alusivas à eficiência do uso da água, à poupança e à opção por tecnologias mais eficientes.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IA 01 – Consumo de água

IA 02 – Qualidade da água para consumo humano

IA 03 – Perdas de água no sistema de abastecimento público

Principais Intervenientes

Câmara Municipal

Juntas de Freguesia

Consumidores (particulares, comércio, indústria, agricultores...)

Associações de comerciantes e industriais

Plano de Acção N° 02

Apostar na eficiência energética e nas energias renováveis

Objectivos Gerais

Num contexto em que os municípios têm vindo a dar resposta às novas necessidades dos munícipes no que respeita a instalações e equipamentos, cada vez mais modernos, é normal que tenham crescido também as exigências em termos energéticos. Ainda mais quando se trata de um Concelho muito industrializado e com actividades altamente consumidoras de energia.

No Concelho da Marinha Grande as principais contribuições para o consumo energético vêm do sector industrial (78%), seguido do sector doméstico (12%), do sector não doméstico (8%) e resta apenas 2% para iluminação e para o sector agrícola (INE, 2006).

Esta realidade é sinónimo de maiores custos e impactes ambientais, o que implica, necessariamente, medidas que contribuam para uma maior eficiência energética e uma forte promoção de fontes renováveis.

Linhas de Acção

- Promover a eficiência energética na indústria, com recurso a:
 - Realização de projectos de eficiência energética, em articulação com as associações industriais;
 - Promoção da adesão voluntária das entidades ao Programa *GreenBuilding*, da Comissão Europeia (eficiência energética dos edifícios não residenciais);
 - Identificação de soluções conjuntas nas zonas industriais, que sejam uma mais-valia em termos de custos para as empresas aí instaladas.
- Promover a eficiência energética nos edifícios e espaços públicos, através da:
 - Realização de auditorias aos edifícios, equipamentos e iluminação públicos, de forma a identificar situações de ineficiência e oportunidades de melhoria;
 - Utilização de tecnologias que permitam maior eficiência e redução do consumo de energia: nomeadamente substituição de lâmpadas, utilização de

Plano de Acção Nº 02 – Apostar na eficiência energética e nas energias renováveis

- sensores de iluminação em zonas de menor fluxo de pessoas, sistemas de gestão de horas de luz;
 - Imposição de critérios na aquisição de equipamentos eléctricos (equipamentos do tipo A);
 - Melhoramento das condições de isolamento dos edifícios, incluindo nos projectos critérios de construção que permitam melhorar o isolamento térmico de novos edifícios e equipamentos.
- Promover a adesão a formas de energia renovável, nomeadamente:
- Instalação de painéis solares nos edifícios públicos, equipamentos, escolas e outros edifícios;
 - Incentivo à utilização de energia solar em instalações industriais, nomeadamente para aquecimento de água quente nos balneários e cantinas (solar térmica) e/ou para produção de electricidade com vários fins (solar fotovoltaica);
 - Desenvolvimento de projectos de investigação na área da co-geração, identificando oportunidades de aplicação desta tecnologia nas indústrias;
 - Procura e adaptação de novas soluções nas frotas automóveis (da autarquia e das empresas): veículos eléctricos a baterias, veículos eléctricos híbridos, utilização de biocombustíveis (biodiesel);
 - Incentivo à investigação científica e ao avanço tecnológico decorrente da energia das ondas, nomeadamente da criação da zona de piloto a oeste de S. Pedro de Moel, recorrendo a parcerias com universidades e institutos;
 - Imposição de critérios na aquisição de novos veículos, nomeadamente a utilização de biocombustíveis e de baixos consumos.
- Sensibilizar a comunidade para a importância do uso racional da energia, através de:
- Elaboração de um guia de boas práticas com recomendações para o consumo sustentável da energia, ao nível doméstico, industrial, comercial;
 - Realização de eventos comemorativos em dias emblemáticos;
 - Distinção das empresas com implementação de medidas criativas de eficiência energética.

Plano de Acção Nº 02 – Apostar na eficiência energética e nas energias renováveis

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IA 04 – Consumo de energia

IA 05 – Consumo de energia nos edifícios e veículos da Autarquia

IA 06 – Produção de electricidade a partir de fontes de energia renovável

IA 07 – Número de acções de sensibilização para o tema da energia

Principais Intervenientes

Câmara Municipal

Indústrias

Consumidores domésticos

Outros consumidores (comércio, serviços,...)

Associações de comerciantes e industriais (CENTIMFE, CEFAMOL, AIC, ACIMG)

Associação Portuguesa de Veículos Eléctricos – APVE

Centro de Energia das Ondas

Plano de Acção N° 03

Dinamizar a mobilidade territorial sustentável

Objectivos Gerais

A mobilidade sustentável é hoje em dia um tema premente na nossa sociedade. Com os ritmos de vida cada vez mais acelerados, as distâncias geográficas deixam de ter a importância que tinham, passando a contar-se em distâncias temporais (tempo de deslocação de um local para outro). Para termos eficiência e sustentabilidade na mobilidade é necessário implementar sistemas de transporte adequados, no modelo e na frequência, mais amigos do ambiente, que não interfiram com a mobilidade pedonal...

O automóvel particular é o meio de transporte mais usado na Marinha Grande. A sua utilização sistemática torna-se excessiva, criando constrangimentos na mobilidade. É por isso necessário promover sistemas alternativos de mobilidade: como o transporte público colectivo, a bicicleta, soluções criativas de partilha de boleias e incentivar a mobilidade pedonal em curtas distâncias.

A bicicleta, que outrora foi muito utilizada, tem vindo a perder importância, embora existam condições muito favoráveis para uma utilização mais frequente em deslocações curtas. Este meio de transporte pode ser bastante interessante para residentes, visitantes e turistas, nomeadamente com o aumento de ciclovias ao longo de todo o Concelho.

Na impossibilidade de optar por sistemas de transporte mais ecológicos, existem sistemas criativos, nomeadamente os sistemas de *Car-pooling* e *Car-sharing*, que apesar do meio de transporte recair mais uma vez no automóvel, acabam por reduzir o número de veículos em cada deslocação.

Linhas de Acção

- ❑ Colocar em prática o estudo de mobilidade e transportes realizado pela Autarquia.
- ❑ Promover a utilização dos transportes públicos em detrimento do transporte individual.
- ❑ Realizar os investimentos considerados essenciais ao nível das carreiras de transporte, identificados no plano de mobilidade e transportes.

Plano de Acção Nº 03 – Dinamizar a mobilidade territorial sustentável

- Promover soluções complementares de mobilidade, nomeadamente:
 - Identificar zonas no centro da cidade que possam ser limitadas ao trânsito, ou com velocidade reduzida, privilegiando a mobilidade pedonal ou de bicicleta;
 - Definir um plano de mobilidade ciclável, implementando, sempre que possível, percursos cicláveis nas novas estradas e/ou nas já existentes e sinalética adequada, permitindo a segurança dos ciclistas, nomeadamente:
 - ◆ Para os locais de trabalho;
 - ◆ Para os locais de lazer
 - Criar e manter pontos de estacionamento para bicicletas ao longo de toda a área ciclável e nos principais pontos de concentração de emprego, equipamentos e serviços;
 - Criar um sistema automático de aluguer de bicicletas, sobretudo nas zonas mais turísticas, que permita a deslocação dos visitantes por todo o Concelho, deixando a bicicleta no apoio mais próximo;
 - Criar caminhos pedonais nas zonas centrais da cidade, para incentivar as deslocações a pé, em curtas distâncias;
 - Investigar a possibilidade de implementar sistemas de partilha de boleias (*Car-pooling*). Este conceito é aplicado a viagens de trabalho (rotinas) e é principalmente vantajoso quando os transportes públicos são limitados. Este seria vantajoso, por exemplo, no acesso às zonas industriais;
 - Criar um circuito com um mini-autocarros eléctricos para os trabalhadores das zonas industriais e de outras empresas fora delas (ver exemplo da Associação Portuguesa de Veículos Eléctricos (APVE), com a demonstração de autocarros eléctricos amigos do ambiente urbano).
 - Incentivar a constituição de parcerias entre empresas para o transporte de trabalhadores de empresas instaladas nas Zonas Industriais nos horários correspondentes aos turnos de trabalhadores.
- Criar condições mais favoráveis para o transporte de matérias-primas e produtos, de e para as indústrias do Concelho, especialmente o efectuado em veículos pesados, de modo a que a sua circulação e permanência no interior da cidade seja o mais breve possível. Assim deve-se:
 - Estudar a possibilidade de criação de um terminal ferroviário para recepção de matérias-primas junto à Zona Industrial da Marinha Grande;

Plano de Acção Nº 03 – Dinamizar a mobilidade territorial sustentável

- Definir trajectos alternativos ao centro da Marinha Grande e fazê-los cumprir através de sinalética e fiscalização no trânsito;
- Definir locais apropriados para o estacionamento de camiões, nomeadamente junto das zonas industriais;
- Criar infra-estruturas de apoio ao tráfego rodoviário pesado, nomeadamente criando:
 - ◆ Parque(s) de descanso e de espera para “autorização de circulação” até às unidades fabris;
 - ◆ Centros de apoio ao camionista, com café, restaurante, centro de informações (circulação automóvel dentro da cidade, localização das entidades empresariais, horário de funcionamento de serviços de apoio...)
- Corrigir e melhorar as condições de acessibilidades, através de:
 - Repavimentação de troços de estrada, que pelo seu actual estado de conservação prejudicam as condições de transporte de mercadorias;
 - Melhoramento na sinalética de informação junto das actividades económicas instaladas, com tamanho e uniformização adequada;
 - Criação de roteiro empresarial.
- Desenvolver uma forte campanha de informação/sensibilização para a utilização dos transportes públicos e meios complementares de transporte, realçando as vantagens ambientais, económicas e de mobilidade;
 - Implementação de placards informativos de todos os transportes públicos existentes, com distância e tempo médio de viagem;
 - Incluir na sinalética informativa das zonas com trânsito limitado o tempo médio para deslocações de bicicleta e a pé (curtas distâncias);
 - Difundir nesta campanha o conceito de eco-condução, distribuindo guias de eco-condução nas escolas de condução e a todos os munícipes;
 - Alertar sobre os benefícios para a saúde da utilização da bicicleta e da mobilidade pedonal.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IA 08 – Km de ciclovias

IA 09 – Transportes de passageiros por modo de transporte

IA 10 – Número de utilizadores do sistema de *car-pooling*



Plano de Acção N° 03 – Dinamizar a mobilidade territorial sustentável

Principais Intervenientes

Câmara Municipal

Transporte Urbanos da Marinha Grande (TUMG)

População

Associação Portuguesa de Veículos Eléctricos – APVE



Plano de Acção N° 04

Requalificar o património natural e construído

Objectivos Gerais

A história da Marinha Grande está intimamente ligada à indústria vidreira e ao Pinhal do Rei – património industrial e natural que contribui para a construção da identidade dos Marinhenses. Assim, a Marinha Grande continua a ser conhecida no país como pólo industrial na área do vidro, apesar das mudanças ao longo do tempo terem gerado novas actividades industriais com maior importância no Concelho, como é o caso dos moldes.

Fazendo parte da sua identidade, é importante continuar a valorizar o património ligado ao vidro que foi deixado ao longo da história (por vezes em mau estado de conservação ou abandonado). A reabilitação do património arqueológico industrial permite, por um lado, recuperar e dignificar essas marcas do passado e, por outro, dar novos usos aos edifícios/espacos, contribuindo para a criação de dinâmicas de atracção, fixação e permanência de pessoas na Marinha Grande, nomeadamente através da criação de emprego.

Também no que respeita ao Pinhal do Rei, é necessário mantê-lo “vivo”, dando-lhe não apenas uma função produtiva, mas apostando também na sua fruição para actividades lúdicas, culturais, que promovam o conhecimento e educação ambiental. O projecto do Museu Nacional da Floresta tenciona dinamizar esta vertente e merece por isso especial relevo.

Ao nível das tradições culturais, refira-se a Arte Xávega, praticada nas praias do Concelho, para a qual é desejável a sua manutenção.

Linhas de Acção

- Promover a revitalização e requalificação do património Stephens:
 - Melhorar as condições físicas dos edifícios, em especial do Teatro Stephens, que constitui um espaço privilegiado de cultura;
 - Reabilitar as instalações da Escola Profissional e Artística da Marinha Grande;

Plano de Acção Nº 04 – Requalificar o património natural e construído

- Reabilitar o edifício da resinagem, para actividades comerciais ou outras utilizações, tendo em conta que deverá manter a sua dinâmica social e a tradição de ser ponto de encontro para a população residente;
- Encontrar dentro do património Stephens: um local apropriado à instalação das reservas do Museu do Vidro e um espaço para dinamização de actividades educativas do museu.
- Inventariar o património construído com importância para a cultura Marinhense.
- Promover a recuperação de outros edifícios industriais históricos, actualmente em condições degradadas, para instalação de estabelecimentos de comércio, restauração e serviços, ou mesmo habitação, criando uma dinâmica económica e social, por exemplo:
 - Promover o investimento privado na realização de novos negócios, nos espaços das antigas fábricas;
 - Promover a construção de um forno comunitário nos espaços afectos ao Museu do Vidro, tendo em conta que:
 - ◆ Revitaliza o espaço museológico, com actuações ao vivo;
 - ◆ Deve permitir acesso a um espaço de observação;
 - ◆ Deve ter espaço de venda de peças fabricadas a turistas;
 - ◆ Contribui para a manutenção de alguns artesãos, e da sua actividade;
 - ◆ Contribui para a auto-sustentação do Museu;
 - ◆ Traz pessoas e dinamismo ao centro, porque sempre acabam por utilizar outros serviços, (restaurantes, cafés e outras lojas).
- Desenvolver um conjunto de actividades que envolvam a utilização dos espaços do património Stephens, para diferentes âmbitos: desporto, música, teatro, exposições, poesia... divulgando esses eventos na agenda cultural já implementada.
- Estabelecer parcerias com a Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) para a utilização periódica (por ex. uma vez por mês) do espaço florestal do Pinhal do Rei para a realização de actividades:
 - desportivas, em articulação com as associações desportivas;
 - de educação ambiental, em articulação com o Projecto do Museu Nacional da Floresta.
- Promover a substituição das estruturas de apoio (papeleiras, bancos, mesas, ...) existente nos parques de merendas do Pinhal por outras, de madeira ou outros materiais adequados, com design moderno, integrado na paisagem e dotar estes

Plano de Acção N° 04 – Requalificar o património natural e construído

espaços com ecopontos. Poderá ser realizado um concurso de design para o efeito, utilizando materiais locais.

- Colocar sinalética adequada nos caminhos do Pinhal, com indicação das árvores monumentais e sua identificação, bem como placas com pequenas curiosidades ou factos históricos do pinhal, em locais estratégicos;
- Incentivar a continuidade da Arte Xávega, através de:
 - Requalificação dos pavilhões da Praia da Vieira destinados a esta arte pesqueira;
 - Realização de exposições e concursos de fotografia alusivos ao tema.
- Sensibilizar os Marinhenses para a alteração da identidade da Marinha Grande, cada vez mais, desligada da imagem tradicional do vidreiro, e modernizada pela conexão ao grande desenvolvimento tecnológico existente.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IS 02 – Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas

Principais Intervenientes

Câmara Municipal

Museu do Vidro

Projecto do Museu Nacional da Floresta

Investidores

Proprietários de edifícios das antigas fábricas

Plano de Acção N° 05

Valorizar e potenciar o capital humano

Objectivos Gerais

Num Concelho em que a inovação e a tecnologia são uma realidade no quotidiano de muitas empresas, a qualificação dos recursos humanos é fundamental. Os baixos níveis de qualificação constituem um entrave à empregabilidade e à produtividade dos trabalhadores, criando dificuldades às empresas na obtenção de recursos humanos com as qualificações necessárias. A produtividade, por sua vez, é fundamental para a competitividade e desenvolvimento sustentável da economia do Concelho.

A alteração dos níveis de escolaridade e formação da população é condição essencial para o desenvolvimento económico local: criação de novos negócios, aumento do emprego e densificação do tecido empresarial e, conseqüentemente, melhoria da qualidade e nível de vida da população.

Apesar da formação dos recursos humanos ser em grande parte produzida em ambiente empresarial é necessário, cada vez mais, criar condições para a compatibilização das necessidades das empresas com as competências dos jovens. Assim, é fundamental apostar em cursos profissionais em actividades com forte penetração e que constituam lacunas no Concelho.

Os sistemas disponíveis de reconhecimento e validação de competências, bem como o desenvolvimento de oportunidades informais de aprendizagem, são também oportunidades de melhoria de qualificação dos recursos humanos do Concelho.

Linhas de Acção

- Criar uma Carta de Competências dos Recursos Humanos do Concelho, de forma a inventariar o perfil dos recursos humanos existentes e a identificar as necessidades e lacunas de formação.
- Criar uma Bolsa de Competências Empresariais no Concelho, que permita inventariar a oferta do Concelho, e para cada uma das empresas localizar e identificar:
 - Tipologia de produção efectuada;
 - Tecnologia utilizada;

Plano de Acção N° 05 – Valorizar e potenciar o capital humano

- Localização das empresas;
 - Competências dos Recursos Humanos utilizados;
 - Quantificação de Recursos Humanos por qualificações e competências;
 - Meios de expedição de produção;
 - Ligações a centros de saber e investigação;
 - ...
- Sensibilizar as empresas e as entidades locais (associações, centros de saber, centros tecnológicos...) para a importância desta Bolsa de Competências Empresariais como forma de conhecer a realidade local.
- Promover a dinamização de um “mercado concelhio” de competências e especialistas que, utilizando a informação dessa Bolsa, permita a disponibilização e partilha de recursos físicos e/ou recursos humanos, especializados ou não, entre empresas, a título gratuito ou mediante o pagamento de honorários, de modo a maximizar os recursos existentes e a criar condições de fixação dos recursos humanos existentes ou a recrutar.
- Alargar a Bolsa de Competências Empresariais a:
- A indivíduos ou entidades exteriores ao Concelho, o que pode enriquecer a Bolsa;
 - Uma esfera supra-municipal envolvendo e sensibilizando os concelhos vizinhos para a importância deste tipo de inventariação.
- Proporcionar um bom ambiente de inovação empresarial, através de:
- Facilitação de instalações;
 - Facilitação de licenças;
 - Geminação do Concelho com cidades inovadoras.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IE 01 – Número de entidades pertencentes à Bolsa de Competências

Plano de Acção N° 05 – Valorizar e potenciar o capital humano

Principais Intervenientes

Câmara Municipal

Conselho Local de Acção Social

Estabelecimentos de ensino e de formação profissional

CENFIM

CRISFORM

Empresas

IEFP

Plano de Acção N° 06

Refazer o modo como “fazemos”

Objectivos Gerais

Algumas empresas da Marinha Grande desenvolveram abordagens que as levaram a tornarem-se centros de aplicação e desenvolvimento de saber, conhecimento e inovação. Contudo, este é um facto que pouco transparece para o exterior, sendo apenas do conhecimento de quem escolhe o Concelho para residir, trabalhar ou realizar negócios. O grande desafio da Marinha Grande é promover-se como tal e manter-se na vanguarda do conhecimento e inovação, o que implica ter em consideração conceitos de génese sustentável.

No entanto, para que isto tenha impacte, é necessário que seja apreendido por todos. O salto qualitativo tem de passar pela consciencialização e preocupação em “Refazer e repensar o modo como se fazem as coisas” – conceito “*cradle to cradle*”.

“Esta estrutura conceptual procura criar técnicas de produção que sejam eficientes, e essencialmente livres de “lixo”. Na produção “*cradle to cradle*” todos os materiais de input e output são vistos como nutrientes técnicos ou biológicos. Os nutrientes técnicos podem ser reciclados ou reutilizados sem perda de qualidade e os nutrientes biológicos podem ser compostos ou consumidos.

Esta transformação na indústria realiza-se através do design ecologicamente inteligente, de modo a criar valor económico, social e ecológico. A Indústria e o Ambiente não têm de estar em conflito, podendo co-existir pacificamente. Quando os designers empregam sistemas naturais inteligentes – a eficácia de reciclagem de nutrientes, a abundância da energia solar... – conseguem criar produtos, sistemas industriais, edifícios e até planos regionais que permitam a co-existência profícua da natureza, da indústria e do comércio.

A reinvenção da indústria com base nestes conceitos é a melhor esperança para um futuro com prosperidade sustentável.” (William McDonough e Michael Braungart, 2002)

O futuro da Marinha Grande passa, por isso, pela adopção de medidas sustentáveis inovadoras, de valor acrescentado, de modo a manter o Concelho na vanguarda de muitos processos produtivos que detém.

Plano de Acção N° 06 – Refazer o modo como “fazemos”

Linhas de Acção

- Trazer para a ordem do dia a temática de “Refazer o modo como fazemos as coisas” – conceito – “*Cradle to Cradle*”, promovendo:
 - a divulgação intensiva do conceito;
 - a realização de *workshops* experimentais, com entendidos na matéria;
 - a realização de conferências temáticas, com *experts* na matéria.
- Focalizar a atenção da comunidade, dos indivíduos em particular e das empresas e entidades em geral, para a necessidade de repensar o modelo tradicional de produção industrial, promovendo:
 - A transformação da indústria através do design ecologicamente inteligente;
 - O pensar o produto no todo como um produto totalmente reciclável e amigo do ambiente tendo em conta as diferentes etapas de produção:
 - ◆ A ideia;
 - ◆ O projecto;
 - ◆ A escolha de matérias-primas;
 - ◆ A utilização sustentável de recursos (matérias-primas, energia, mão-de-obra...)
 - ◆ As técnicas e tecnologias utilizadas na produção;
 - ◆ Os impactes ambientais provenientes do processo;
 - ◆ A utilização do produto;
 - ◆ O reaproveitamento e a reciclagem do produto no fim do seu ciclo de vida.
- Transpor para o quotidiano dos indivíduos esta consciência de “Refazer o modo como fazemos as coisas”, chamando a atenção para os pequenos gestos de cada um e do seu impacte no futuro sustentável que se deseja, que se reflectem por exemplo:
 - Nos hábitos de consumo;
 - Na preocupação em reutilizar e reciclar;
 - Nos meios de locomoção;
 - Nos hábitos de vida saudável;
 - Na escolha de bens de consumo;
 - ...
- Promover a Marinha Grande como Concelho empenhado nos cuidados a ter no modo como se fazem as coisas (como forma de reduzir os impactes no Ambiente).

Plano de Acção N° 06 – Refazer o modo como “fazemos”

- Sensibilizar a comunidade para o facto de um sistema industrial que “gasta, produz e desperdiça” se poder tornar num sistema criador de bens e serviços que geram valor económico, social e ecológico – negócio do futuro.
- Construir uma reputação de qualidade e sustentabilidade de reconhecimento internacional, à volta deste conceito.
- Exportar a Imagem da Marinha Grande como local de grande prestígio que respeita o Ambiente, criando e consolidando, para o efeito:
 - Um portal territorial para o Concelho, que agregue os diferentes Websites de empresas e entidades locais, bem conhecido e bem posicionado, que transmita uma imagem da Marinha Grande como local ou região especializada, de qualidade e sustentável;
 - Uma “e-reputação”;
 - Um “e-marketing territorial”;
 - Uma “e-governança”.
- Promover junto das camadas mais jovens iniciativas que preconizem esta preocupação de futuro, com:
 - concursos de ideias;
 - apoio a iniciativas empreendedoras que tenham na base esta filosofia, socorrendo-se da OPEN e das associações e centro tecnológicos de apoio.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IE 02 – Despesas do Município em campanhas de marketing e promoção

ICI 01 – Participação pública em acções de informação e esclarecimento

Plano de Acção N° 06 – Refazer o modo como “fazemos”

Principais Intervenientes

Câmara Municipal

Grupos de cidadãos residentes ou naturais

Empresários

Associações: locais, de Empresários, Comerciantes, Industriais...

Entidades públicas ou privadas ligadas às actividades económicas de interesse estratégico

Estabelecimentos de ensino e formação profissional

Empresas de gestão de recursos ambientais

Designers

Agência Portuguesa do Ambiente

Institutos de Investigação Científica

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA's)

Plano de Acção N° 07

Estimular a criação e integração em redes potenciadoras de inovação

Objectivos Gerais

A evolução histórica da Marinha Grande reflecte o actual panorama das actividades económicas dominantes, grosso modo: vidro, moldes e plásticos. Pelas exigências do mercado, pelo empenho dos empresários e pela sua importância no dia-a-dia de cada indivíduo, estas são actividades que utilizam tecnologias de última geração.

Estas características conferem ao Concelho uma concentração de conhecimento, know-how, inovação empresarial e investigação e desenvolvimento empresarial bastante acima do que se verifica na generalidade dos concelhos do país e um funcionamento dentro da lógica de “cluster”.

Manter a Marinha Grande na vanguarda do conhecimento e inovação técnica e tecnológica implica um salto qualitativo para conceitos de futuro, cuja preocupação primordial passa pela sustentabilidade das actividades desenvolvidas. Para isso é necessário incentivar o empreendedorismo que tenha na base o conhecimento e inovação e as aplicações tecnológicas.

Uma boa governação assenta no desenvolvimento do tecido social e das organizações que integram a comunidade local, para o qual a criação e/ou integração em redes constituem uma forma de participação activa e validada. As redes, com núcleos diferenciados e interdependentes, ligam entre si pessoas, instituições e organizações sem terem um centro hierárquico. Porque supõem reciprocidade (ainda que não igualdade), são susceptíveis de avaliação da eficiência e, como tal, são responsabilizantes.

A constituição de parcerias privadas, públicas ou público-privadas é uma das formas que as redes (locais e supra-locais) podem assumir. As parcerias permitem a construção de soluções flexíveis mais aderentes à realidade e potenciam o empenhamento dos parceiros envolvidos. Esta consciência, de que os contributos relevantes para o objectivo que se prossegue (recursos humanos, técnicos, financeiros...) trazem benefícios acrescidos quando aplicados num contexto de redes ou parcerias, já existe na Marinha Grande, necessitando apenas de ser potenciada.

Plano de Acção N° 07 – Estimular a criação e integração em redes potenciadoras de inovação

A função primordial do Município é a de dinamização destas parcerias, como centro e plataforma de conexões e instrumento facilitador do desenvolvimento local. Esta dinamização deve envolver também os níveis regional, nacional e internacional. Isto implica a necessidade urgente de alterar o funcionamento interno dos serviços da Câmara Municipal, para que sejam de facto facilitadores do desenvolvimento do Concelho, segundo os princípios da boa governação: “abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência” (Livro Branco da Governação Europeia).

Linhas de Acção

- Valorizar, fortalecer e divulgar as parcerias e protocolos de colaboração, existentes ou a criar, entre empresas, associações e centros de actividades de suporte (centros tecnológicos, universidades e politécnicos), portugueses e estrangeiros, nas áreas ligadas à inovação, investigação e desenvolvimento, sobretudo nas pouco exploradas.
- Estimular o empenho de outras autoridades locais, em colaboração com a Câmara Municipal, enquanto:
 - Promotoras e dinamizadoras da Bolsa de Competências das empresas junto das empresas e outras organizações;
 - Facilitadoras do diálogo e interacção entre as empresas e entre estas e as organizações de suporte.
- Potenciar a constituição de um cluster de inovação:
 - Divulgar as boas práticas internas dos empresários locais e incorporar as boas práticas com origem em meios de inovação semelhantes, a nível europeu e mundial;
 - Criar um ambiente de inovação, transmitindo para o exterior a mensagem de que a Marinha Grande é um território onde “a inovação acontece”;
 - Estimular novas áreas de negócio, nomeadamente nas indústrias criativas;
 - Concretizar a ligação às instituições de ensino, aproveitando as parcerias existentes e fomentando novas parcerias e protocolos, com centros de saber;
 - Promover a criação ou identificação de uma entidade que, em colaboração com a Câmara Municipal, possa assumir a organização e coordenação destas funções.
- Apostar no salto qualitativo para a experimentação de novas ideias, protótipos, produtos, conceitos, processos tecnológicos... em ambiente “*Second Life*” – teste

Plano de Acção N° 07 – Estimular a criação e integração em redes potenciadoras de inovação

em ambientes virtuais, por intermédio de personagens virtuais (*avatards*), de produtos e serviços em estado virtual – o que permite:

- Desenhar, criar e testar antes do lançamento no “mundo real”;
 - Experimentar sem os custos de produção inerentes ao método de tentativa erro;
 - Realizar prototipagem a custos muito reduzidos;
 - Mobilizar empresas, clientes (especialmente dentro do mesmo sector de actividade) e indivíduos, para serem os agentes virtuais de teste, realizando testes virtuais em ambientes restritos e validando novos produtos e serviços disponibilizando-os ao consumidor.
- Mobilizar os centros de saber e tecnológicos para serem pioneiros na utilização dos ambientes de “*Second Life*”, com especial atenção ao CENTIMFE e à CEFAMOL, porque a construção de moldes é das áreas onde os custos de falhar são elevados, sendo muito importante o “fazer bem à primeira”.
- Apostar na utilização dos conceitos “verdes”, para: permitir a redução de custos e impactes ambientais dos produtos ao longo do seu ciclo de vida; criar valor acrescentado e influenciar a reputação das empresas; usando para o efeito:
- Tecnologias verdes;
 - Química sustentável;
 - Design verde ou eco-design;
 - Rótulo Ecológico;
 - Sistema de eco gestão e auditoria (EMAS).
- Estabelecer relações de complementaridade e interdependência com os municípios vizinhos nacionais e municípios estrangeiros, e respectivos agentes económicos, sociais e culturais, por via da constituição de redes ou de parcerias alargadas.
- Participar em redes regionais, nacionais e europeias nas áreas do desenvolvimento económico, do conhecimento e inovação, dos “clusters” e também da promoção do turismo e da cultura, através de:
- Integração em redes existentes;
 - Mobilização de novas redes, nas quais o Município possa deter uma posição relevante ou experiência já adquirida, mesmo através de outros intervenientes locais;
 - Rentabilização de iniciativas comunitárias, aproveitando a experiência adquirida juntos dos principais representantes dos sectores de actividade económica dominantes (associações e centros tecnológicos).

Plano de Acção N° 07 – Estimular a criação e integração em redes potenciadoras de inovação

- Promover a criação de parcerias entre os diferentes agentes económicos locais, tendo em vista:
 - Estruturação de campanhas de marketing e suportes de informação promocional do Concelho, com especial enfoque nas competências industriais existentes;
 - Atração de visitantes, investidores e turistas.
- Melhorar a imagem da Marinha Grande e dos Marinhenses, fazendo a passagem do estereótipo do vidro/vidreiro tradicional para os tempos de modernidade – “Marinha Grande Território de Inovação” – tendo por base o desenvolvimento tecnológico existente.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IE 01 – Número de entidades pertencentes à Bolsa de Competências

IE 02 – Despesas do Município em campanhas de marketing e promoção

IE 03 – Implementação e Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho

ICI 02 – Investigação e desenvolvimento empresarial

Principais Intervenientes

Câmara Municipal

Juntas de Freguesia

Empresários

Associações: locais, de Empresários, Comerciantes, Industriais...

Entidades públicas ou privadas ligadas às actividades económicas de interesse estratégico e ao sistema científico e tecnológico

Estabelecimentos de ensino e formação profissional

Organizações Não Governamentais (ONG's)

Plano de Acção N° 08

Promover um turismo integrado

Objectivos Gerais

A procura turística com interesses diversificados permite ocupar um visitante ou um turista por períodos de tempo alargados. Isto, aliado a uma oferta de qualidade e diversificada, é criador de emprego durável e qualificado. Os efeitos multiplicadores na restauração, no comércio e nos serviços que lhes estão associados fortalece a economia local e o tecido empresarial subjacente.

Incluído na (antiga) Região de Turismo Leiria Fátima, o Concelho da Marinha Grande não tem tirado grande partido dos fluxos turísticos para aí direccionados. Os concelhos vizinhos detêm maior oferta em património natural, cultural, arquitectónico e religioso, ao passo que a Marinha Grande tem, aparentemente, poucos elementos patrimoniais de interesse.

Contudo, o Concelho dispõe de alguns recursos turísticos relevantes que, no quadro de uma estratégia adequada, são um importante factor de desenvolvimento sustentável.

A reduzida vocação turística da Marinha Grande tem sido, até à data, essencialmente voltada para o aproveitamento do recurso “sol e mar”.

No entanto, o Concelho possui outros elementos naturais importantes, para além das praias: o Pinhal do Rei (parte integrante das Matas Nacionais, com um ordenamento e gestão exemplar) e a Ribeira de S. Pedro de Moel. A percepção destas potencialidades ambientais, bem como a criação de infra-estruturas de apoio a actividades educativas, desportivas e de lazer, constituem factores que propiciam um acréscimo da afluência de cidadãos, do Concelho e de concelhos vizinhos.

Para além disso, a Marinha Grande possui uma história do desenvolvimento industrial que está ainda pouco explorada para fins turísticos. Neste âmbito, são de valorizar os aspectos de interesse turístico associados os sectores actualmente dominantes.

Mostra-se igualmente necessário tirar maior partido dos equipamentos culturais existentes.

A divulgação do que existe no Concelho é um factor crítico de sucesso para o efeito bola de neve que se pretende retirar dos fluxos turísticos. A mobilização dos

Plano de Acção N° 08 – Promover um turismo integrado

diferentes agentes económicos e sua sensibilização para uma oferta integrada de qualidade é por isso uma necessidade urgente.

Experiências de qualidade vividas pelos cidadãos durante uma passagem ou uma curta permanência na Marinha Grande poderão fomentar, a curto e médio prazo, a repetição de experiências e/ou o passar palavra a familiares e amigos. A Marinha Grande, por força das suas actividades industriais, recebe um fluxo considerável de empresários que podem ser um veículo prioritário de promoção turística, o qual não deve ser descurado.

Linhas de Acção

- Elaborar e concretizar uma estratégia turística do Concelho, estreitamente articulada com o planeamento territorial, de forma a assegurar a sua sustentabilidade.
- Combinar ofertas de turismo de sol e mar, turismo de natureza, turismo cultural e patrimonial, que contrariem a sazonalidade, mobilizando os intervenientes (alojamento, entidades culturais e empresas de ocupação de tempos livres) para a criação de pacotes conjuntos, através de:
 - Protocolos entre agentes económicos locais para promoção conjunta de bens e serviços turísticos;
 - Recomendação de meios complementares de oferta;
 - Parcerias entre alojamento e meios de transporte alternativos para actividades ao ar livre.
- Promover o investimento privado para a oferta de alojamento turístico de qualidade, de nível intermédio, no interior da cidade.
- Valorizar e qualificar o turismo de natureza, p.e., caminhos pedestres, circuitos de cicloturismo, circuitos temáticos...
- Promover novos recursos turísticos, nomeadamente ligados às indústrias dominantes e ao conhecimento e inovação, através de:
 - Revitalização da Rota do Vidro;
 - Inclusão na Rota do Vidro dos museus particulares das empresas do sector vidreiro, porque:
 - ◆ Os museus valorizam a demonstração da evolução das técnicas e tecnologias de produção;
 - ◆ Os respectivos espólios retratam a evolução do design dos produtos;

Plano de Acção N° 08 – Promover um turismo integrado

- ◆ As empresas participantes, desta forma, podem integrar-se e ter uma responsabilidade social e educativa mais activa;
- Criação da Rota das Indústrias – abrangendo preferencialmente empresas industriais, centros tecnológicos e centros de formação;
- Valorização do projecto do museu das indústrias ligadas aos moldes e aos plásticos – devendo a sua implementação ser realizada na Marinha Grande, para criar um pólo de atracção ao Concelho;
- Realização de visitas temáticas para grupos de interesses específicos nas áreas correlacionadas, com espaços de experimentação e aprendizagem;
- Reforço de uma mensagem apelativa que seja demonstrativa da importância da Marinha Grande no quotidiano de cada um; p.e. “A Marinha Grande entra em sua casa todos os dias – venha descobrir porquê.”.
- Qualificar os recursos turísticos existentes, de forma a satisfazerem as exigências crescentes dos consumidores e elevados padrões de protecção ambiental.
- Potenciar estadias mais longas, nomeadamente pela:
 - Estruturação de programas e produtos turísticos diferenciados para as distintas épocas do ano;
 - Criação de pacotes de oferta integrada, com duração de fim-de-semana e/ou 3 a 4 dias, com passagem pelos diferentes pontos de interesse do Concelho;
 - Criação de produtos turísticos específicos fora da estação alta.
- Valorizar o património construído, através da sua recuperação e efectiva utilização, nomeadamente, o “centro histórico” da Marinha Grande e o património industrial espalhado pela cidade, como forma de promover a sua manutenção, limpeza e qualificação.
- Qualificar as empresas ligadas à actividade turística, nomeadamente através de:
 - Qualificação da restauração;
 - Diversificação e promoção de produtos gastronómicos locais e da região tirando partido da proximidade do mar;
 - Mobilização para a realização de formação (atendimento e línguas);
 - Informação aos visitantes e turistas;
 - Qualificação da oferta de alojamento não oficial;
 - Adopção de práticas de gestão ambiental.
- Divulgar e comercializar as artes e ofícios tradicionais, com a criação de espaços de venda estruturados, modernos e atractivos ao visitante, nos locais mais

Plano de Acção N° 08 – Promover um turismo integrado

emblemáticos do Concelho, onde os artesãos possam vender à consignação os seus produtos, num conceito p.e. de “Coisas da Marinha” – dando enfoque à produção manual de vidro;

- Criar uma estratégia de promoção turística do Concelho, fortalecendo a comunicação com os visitantes e os turistas, para o que é necessário:
 - Realizar campanhas de marketing que valorizem os recursos do Concelho e dirigidas ao mercado alvo (imagem de marca);
 - Maximização das actividades da rede de postos de turismo:
 - ◆ Equacionar a abertura dos postos de turismo de S. Pedro de Moel e de Vieira de Leiria em alguns períodos do ano para além do Verão;
 - ◆ Criar postos interactivos de informação turística nas diferentes entradas do Concelho, com recurso às novas tecnologias, identificando locais a visitar, circuitos a realizar, tempos de demora, restauração existente, alojamento disponível, oficinas de artes e ofícios tradicionais, espaços de acesso à Internet...
 - ◆ Adaptar os horários de funcionamento em função das épocas turísticas, oferecendo um horário de Verão e de Inverno e um horário alargado aos fins-de-semana e feriados;
 - ◆ Criar e divulgar a possibilidade de visitas guiadas a turistas interessados;
 - ◆ Divulgar informação relacionada com a comercialização dos produtos locais, bem como dos serviços associados (produtores, tipos de produtos, características específicas...);
 - ◆ Melhorar o atendimento nos Postos de Turismo, através de formação contínua do pessoal, da melhoria da apresentação dos funcionários;
 - Participar em feiras de promoção turística e também em feiras ligadas à área industrial;
 - Incentivar os empresários que recebem clientes na Marinha Grande a promoverem o Concelho e os seus elementos turísticos de modo criarem estadias um pouco mais longas;
 - Actualizar e qualificar a sinalética do Concelho;
 - Criar um espaço de venda para os artesãos;

Plano de Acção N° 08 – Promover um turismo integrado

- Desenvolver uma linha de produtos de *merchandising* para o Concelho (com o apoio estreito da Escola Profissional e Artística da Marinha Grande – EPAMG);
- Criar espaços de experimentação para o visitante.
- Melhorar os sistemas de informação e interpretação, promovendo a formação de guias locais, formando os jovens e adultos Marinhenses para guias de orientação turística no Concelho, como forma de ocupação das férias ou como ocupação laboral.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IE 04 – Estada Média

IE 05 – Taxa de ocupação hoteleira

Principais Intervenientes

Câmara Municipal

Juntas de Freguesia

Empresários hoteleiros

Artesãos

Associações: locais, de Empresários, Comerciantes, Industriais...

Estabelecimentos de ensino e formação profissional

Organizações Não Governamentais (ONG's)

Plano de Acção N° 09

Melhorar o modelo relacional interno e externo da Autarquia

Objectivos Gerais

As autoridades públicas devem dinamizar a melhoria do ambiente social e institucional do Concelho, em níveis acrescidos de rigor e exigência, envolvendo também a participação activa da sociedade civil e do sector empresarial.

A conjugação de práticas de boa governação e de uma cidadania responsável será geradora de coesão social e territorial, consolidando uma identidade autónoma e estruturada, o que cria o sentimento de bem-estar na comunidade.

Recentemente, o sector empresarial e o sector associativo da Marinha Grande deram provas de uma atitude de abertura, de vontade de participação sistemática e de responsabilização, na concepção e aplicação de estratégias, nas suas áreas de intervenção, em prol do futuro do Concelho. A experiência das 1^{as} Jornadas de Economia deve ser capitalizada em acções futuras.

É frequente apontar entre outras vantagens competitivas das actividades económicas instaladas na Marinha Grande, a localização geográfica, a proximidade de actividades complementares, a massa crítica já existente, ...

A localização do Concelho no Litoral Centro do país, com boas acessibilidades rodoviárias (A8 e A17) e com linha ferroviária, assegura uma fácil acessibilidade da Marinha Grande aos principais pólos urbanos e locais de expedição de mercadorias.

A evolução da estrutura empresarial da Marinha Grande permitiu a concentração de empresas que têm entre si, essencialmente, relações no binómio fornecedor–cliente ou prestador de serviços–cliente.

Os empresários percebem estas vantagens competitivas, mas sentem-se desapoitados quando pretendem levar à prática as suas ideias. É frequente ouvir queixas sobre as dificuldades geradas pela Autarquia no que concerne aos procedimentos que dela dependem - morosos, burocráticos e que retardam e refreiam os empreendedores.

O aproveitamento destas vantagens competitivas em prol do desenvolvimento das actividades económicas deverá servir tanto às actividades existentes, com muita

Plano de Acção N° 09 – Melhorar o modelo relacional interno e externo da Autarquia

experiência e tradição local, como a novas actividades económicas para as quais tais vantagens comparativas possam ser um factor crítico de sucesso.

Linhas de Acção

- Envolver as empresas e as associações económicas, sociais e culturais, na execução e acompanhamento do programa de gestão do desenvolvimento sustentável da Marinha Grande, nomeadamente através de:
 - Promoção do seu acesso à informação relevante;
 - Desafio às empresas e às associações para transformarem o seu envolvimento em iniciativas concretas e adoptarem os princípios da boa governação, que incluem a responsabilização e a abertura;
 - Estímulo e apoio para a utilização dos sistemas de incentivos regionais, nacionais e comunitários.
- Inverter a imagem negativa dos serviços prestados pela Câmara Municipal, (imagem “dificultadora” em vez de facilitadora), condição necessária ao aumento da confiança da população da Marinha Grande e dos actores sociais e económicos internos e externos – elemento essencial ao aproveitamento das oportunidades que o Município tem para oferecer.
- Anunciar e informar sobre as mudanças em curso levadas a cabo pela Câmara Municipal, utilizando os instrumentos adequados decorrentes da Estratégia de Informação e Comunicação.
- Melhorar a estrutura e optimização do funcionamento dos serviços do Município:
 - Assegurar transparência, celeridade e eficácia nos procedimentos administrativos, sobretudo os relacionados com iniciativas empresariais;
 - Aumentar a flexibilidade e orientar os serviços para novas formas de prestação de serviços;
 - Consciencializar os colaboradores internos para os benefícios para o desenvolvimento do Concelho do bom desempenho dos serviços prestados;
 - Envolver os seus utilizadores/clientes na avaliação da qualidade dos serviços prestados;
 - Dinamizar novas formas de gestão pública, tirando partido das tecnologias de informação e comunicação (TIC), criando um sistema de livre acesso pela Internet, que divulgue a informação sobre o estado de desenvolvimento dos processos camarários;

Plano de Acção N° 09 – Melhorar o modelo relacional interno e externo da Autarquia

- Cumprir os prazos legalmente definidos para a apreciação dos processos de licenciamento;
 - Implementar Sistemas de Gestão Ambiental (por exemplo EMAS) ao nível da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, tendo em vista garantir uma gestão sustentável da organização e melhorar o seu desempenho ambiental;
 - Mobilizar as freguesias para mais e melhores intervenções.
- Melhorar os circuitos de informação interna.
 - Modernizar e certificar os serviços da Câmara Municipal, sobretudo os que estão ligados directamente ao público, para além dos departamentos administrativo e de planeamento e urbanismo.
 - Implementar um Sistema de Optimização de Procedimentos ao nível interno da Autarquia.
 - Desburocratizar os circuitos de decisão interna, concedendo alguma autonomia de decisão sectorial (com respectiva responsabilização) dando celeridade aos processos internos.
 - Promover o acesso à informação pelas organizações da sociedade civil e dos cidadãos, disponibilizando-a de forma sistemática, coerente e eficaz, seguindo a Estratégia de Informação e Comunicação, tornando-se uma plataforma interactiva de informação.
 - Alargar e promover os debates públicos sobre os desafios da Marinha Grande e dos seus actores no futuro, aproveitando os resultados das 1^{as} Jornadas de Economia.
 - Melhorar o exercício da responsabilidade individual e conjunta, através da delegação de competências e de responsabilidades para “fora” do executivo municipal – envolver os cidadãos e outros actores chave na execução de tarefas e nas decisões de âmbito local.
 - Apoiar o processo de orientação e de implementação das empresas na área de expansão da Zona Industrial da Marinha Grande, nomeadamente através de:
 - Pressão junto dos organismo do poder central da importância para a Autarquia da rápida formalização dos procedimentos de alargamento da Zona Industrial, chamando mais uma vez a atenção para esta necessidade urgente, sob pena de se perderem oportunidades de investimento na Marinha Grande;
 - Sensibilização generalizada para a importância deste alargamento como projecto de consolidação de actividades económicas Marinhenses, de

Plano de Acção N° 09 – Melhorar o modelo relacional interno e externo da Autarquia

- desenvolvimento local, regional e nacional e como local onde se implantam empresas com preocupadas com a sua perspectiva ecológica;
- Divulgação permanente da evolução do processo nos meios de comunicação locais e regionais;
 - Criação de campanhas de informação e de divulgação dos instrumentos de apoio disponíveis e das facilidades concedidas para a instalação de actividades económicas;
 - Facilitação dos processos de loteamento e venda das parcelas da Zona Industrial, dando prioridade às situações que permitem algum reordenamento do território e à expansão e diversificação de negócios já instalados.
- Promover a reconversão e utilização dos lotes ocupados mas com instalações inactivas, em todas as zonas industriais do Concelho para novos negócios ou para a expansão/diversificação de negócios já existentes.
 - Criar/renovar e actualizar os contactos dos potenciais investidores nas Zonas Industriais do Concelho e/ou na área de expansão da Zona Industrial, de modo a aferir a tipologia de interesses dos investidores, nomeadamente na seguinte informação:
 - Área de actividade;
 - Montante de investimentos;
 - Número de postos de trabalho a criar;
 - Tipologia de espaços a utilizar;
 - Timing de implantação e de início de actividades;
 - Levantamento de necessidades em áreas de competência da Câmara Municipal - processos de licenciamentos, facilidades de instalação, autorizações camarárias, ligação às infra-estruturas básicas do Município...;
 - Necessidades de acções de formação específicas;
 - Necessidades de informação e serviços de apoio: constituição de empresas, informação em matéria de apoios e incentivos, pesquisas de mercado, apoio logístico, contabilístico, e à elaboração de projectos de financiamento...
 - Dotar as zonas industriais de infra-estruturas de carácter tecnológico avançado e mais “limpas” nomeadamente, a fibra óptica, Internet *wireless*, sinalética luminosa de utilização de energia solar e outras, com especial enfoque na área de alargamento da zona industrial.
 - Repensar com celeridade os objectivos do Centro Empresarial da Marinha Grande, e a utilização do espaço disponível, tendo em conta vários pressupostos:

Plano de Acção N° 09 – Melhorar o modelo relacional interno e externo da Autarquia

- Levantamento (podendo tomar a forma de um inventário) dos serviços prestados pelas entidades e empresas já instaladas, de modo a não criar duplicação de serviços num espaço geográfico tão confinado;
- Levantamento prévio de necessidades para as zonas industriais, no que respeita a serviços ainda não fornecidos;
- Maximização da experiência adquirida e *know-how* existentes, devendo para o efeito ser ouvidas as instituições mais próximas – CENTIMFE, CRISFORM e OPEN – bem como as empresas instaladas e outras instituições relevantes no Concelho (CEFAMOL, ISDOM, CENFIM...);
- Estudo da possibilidade de criação de uma Central de Compras de bens e de gestão de serviços que permita, por exemplo:
 - ◆ A partilha de funções de secretariado;
 - ◆ A compra conjunta de bens perecíveis;
 - ◆ A partilha de custos de equipamentos de secretariado (mobiliário de escritório, impressoras, centrais telefónicas, scanners, faxes...);
 - ◆ A partilha de custos de serviços (linhas telefónicas, internet...);
 - ◆ O *outsourcing* comum de serviços de higiene e segurança;
 - ◆ A partilha de equipamentos de teste;
 - ◆ ...
- Encaminhamento de novas iniciativas e ideias para gabinetes especializados de apoio a empresas locais (entre os quais se destaca a OPEN), capazes de prestar serviços de apoio em áreas como: constituição de empresas, informação em matéria de apoios e incentivos, pesquisas de mercado, apoio logístico e contabilístico, apoio à elaboração de projectos de financiamento...
- Criar condições de atractividade que permitam tornar competitiva a opção pelo Concelho da Marinha Grande, destacando-se nomeadamente:
 - Rever o regulamento de acesso às zonas industriais do Concelho, de acordo com as futuras necessidades empresariais;
 - Divulgar a disponibilidade das instalações de empresas que entretanto deixaram ou deixem de laborar, de modo a criar uma “bolsa de oportunidades” de reconversão dessas instalações;
 - Estabelecer condições atractivas para os lotes das zonas industriais, permitindo assim reduzir custos de instalação, através de:

Plano de Acção N° 09 – Melhorar o modelo relacional interno e externo da Autarquia

- ◆ Optimização dos serviços prestados pela Autarquia: sistema de abastecimento de água, sistema de recolha de resíduos sólidos, tratamento de águas residuais, infra-estruturas de telecomunicações;
 - ◆ Fiscalização dos eventuais impactes negativos da actividade industrial a nível ambiental;
 - ◆ Estabelecimento de um relacionamento privilegiado das empresas com a Câmara Municipal nas áreas da competência desta (em especial na celeridade e desburocratização de processos de licenciamentos, facilidades de instalação, autorizações camarárias, ligação às infra-estruturas básicas do Município...);
 - ◆ Criação de incentivos fiscais de nível local, em função dos melhores desempenhos sustentáveis.
- Realizar o relatório de sustentabilidade do Município, promovendo os princípios da boa governação (abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência).

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IE 02 – Despesas do Município em campanhas de marketing e promoção

IS 02 – Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas

IS 03 – Prazo médio de resolução dos processos camarários

Principais Intervenientes

Câmara Municipal

Juntas de Freguesia

Empresários

Associações: locais, de Empresários, Comerciantes, Industriais...

Estabelecimentos de ensino e formação profissional

Plano de Acção N° 10

Implementar na Autarquia um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho

Objectivos Gerais

Um sistema integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho, quando implementado correctamente, minimiza e otimiza os processos e as componentes dos vários subsistemas, criando um só sistema de gestão, centrando as atenções para um conjunto único de procedimentos, que associam as 3 áreas de interesse.

Este tipo de sistema possibilita a optimização dos processos, acompanhados de um aumento de produtividade e rentabilidade, numa base de evolução sustentada, com melhoria da sua imagem de mercado face à concorrência.

Com este tipo de sistema de gestão, são definidos procedimentos orientadores de regras para alcançar os objectivos definidos com a introdução na gestão diária das organizações. A implementação de um sistema de gestão integrado oferece às organizações um leque variado de vantagens, nomeadamente:

- Optimização de processos de trabalho e da gestão documental;
- Aumento da produtividade;
- Redução de impactes ambientais;
- Permite a consideração de custos ambientais e de segurança em paralelo com os custos da qualidade;
- Redução de custos de implementação e de manutenção pela partilha de estruturas e modos de actuação;
- Prevenção de reclamações, impactes ambientais e riscos.

A implementação de um sistema integrado de Gestão segue os seguintes referenciais:

Norma NP EN ISO 9001:2000 – Sistemas de Gestão da Qualidade;

Norma NP EN ISO 14001:2004 - Sistemas de Gestão Ambiental;

Norma OSHAS 18001:2007 - Sistemas de Gestão da Saúde e da Segurança no Trabalho.

Plano de Acção N° 10 – Implementar na Autarquia um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança

Linhas de Acção

- Implementar uma Política Integrada de Gestão na Autarquia, através da definição de:
 - objectivos e metas que a Autarquia se propõe atingir;
 - medidas por área de intervenção e por dimensão analisada (Ambiente, Qualidade e Segurança no trabalho);
 - respectivos responsáveis, prazos de execução e meios associados.
- Criar um sistema de monitorização para aferir o desempenho do Sistema Integrado de Gestão, rever e actualizar periodicamente os objectivos.
- Desenvolver acções de sensibilização e formação para os funcionários, em áreas de interesse para a efectiva implementação do sistema, através de plataformas de e-learning.
- Criar parcerias com entidades inter-municipais, em projectos de promoção da sustentabilidade, com o objectivo de trocar experiências, e maximizar benefícios, recorrendo a:
 - Identificação e difusão de boas práticas desenvolvidas no Concelho que possam constituir referências;
 - Incentivo a projectos e iniciativas criativas pró-sustentabilidade;
 - Adesão a redes de promoção do desenvolvimento sustentável (ex: rede das Cidades Sustentáveis).
- Criar um sistema interno de informação actualizado sobre compromissos internacionais na área da sustentabilidade: Iniciativas voluntárias e Projectos inovadores.
- Desenvolver uma estratégia de comunicação Interna e Externa para o sistema, de modo a:
 - Divulgar interna e externamente a Política e respectivos objectivos;
 - Divulgar periodicamente os resultados obtidos;
 - Desenvolver um sistema de resposta a questões colocadas pelos munícipes, sobre estas temáticas.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IE 06 – Implementação e Certificação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho



Plano de Acção N° 10 – Implementar na Autarquia um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança

Principais Intervenientes

Câmara Municipal

Cidadãos

Empresários

Associações: locais, de Empresários, Comerciantes, Industriais...

Entidades públicas ou privadas ligadas às actividades económicas de interesse estratégico

Estabelecimentos de ensino e formação profissional

Empresas de gestão de recursos ambientais

Institutos de Investigação Científica

Organizações Não Governamentais (ONG's)

Plano de Acção N° 11

Estimular os jovens para um crescimento activo e responsável

Objectivos Gerais

Dois dos problemas identificados no Plano de Desenvolvimento Social foram o absentismo e o abandono escolar, pelo que devem surgir formas de combater estes fenómenos.

A educação e o conhecimento, quando valorizados, motivam a aprendizagem e a experimentação. A repetição destas em níveis crescentes de exigência permite a transformação do conhecimento em inovação. Num território de inovação esta é uma área a não descurar.

No revés da medalha encontramos um ciclo vicioso: a falta de interesse pela escola pode conduzir os jovens a comportamentos desviantes, que por sua vez os afastam cada vez mais da escola, criando problemas familiares e sociais em crescendo.

A ocupação dos jovens com actividades estimulantes de educação/formação e também de tempos livres permite incutir nos jovens o gosto pelo conhecimento e valorizando o seu papel na sociedade, tornando-os pessoas responsáveis e úteis à comunidade. Permite ainda melhorar a sua capacidade de risco e o uso da “coragem de risco”, o que aliado a trabalho em equipa estimula a interacção entre os jovens, e fomenta o trabalho em rede e também, por essa via, o empreendedorismo.

Linhas de Acção

- ❑ Evitar o absentismo e abandono escolar, através de:
 - Valorização do papel da escola na educação e formação, estimulando o gosto pela aquisição de novos conhecimentos;
 - Envolvimento da família e da comunidade nas actividades escolares;
 - Criação de espaços de informação, aconselhamento, encaminhamento e lazer para jovens;
 - Criação duma estrutura de apoio vocacional para os jovens em idade escolar, estabelecendo protocolos com instituições especializadas para a

Plano de Acção Nº 11 – Estimular os jovens para um crescimento activo e responsável

- realização de testes psicotécnicos e orientação na escolha de uma profissão ou curso superior;
- Divulgação eficaz das opções de ensino e formação ao dispor dos alunos, no Concelho e na região, nomeadamente na via do ensino profissional, cursos de formação de curta duração, respectivos temas...
- Promover actividades de ocupação dos tempos livres dos jovens, ultrapassando disfunções (comportamentos desviantes):
 - Valorização das actividades desportivas, privilegiando:
 - ◆ A prática de actividades ao ar livre e o contacto com a natureza, numa perspectiva ecológica;
 - ◆ A criação de espírito de equipa, mas ao mesmo tempo inculcando a consciencialização da necessidade de ter espírito de liderança.
 - Valorização das actividades culturais, promovendo a criatividade e formação pessoal;
 - Valorização das actividades promotoras da interacção pessoal:
 - ◆ Promoção de actividades em grupo, ligadas ao desporto, cultura, artes, ...
 - ◆ Mobilização para acções exemplificativas de comportamentos sustentáveis no âmbito da Agenda 21 Local, colocando os jovens a liderar alguns grupos de acções;
 - Valorização das actividades promotoras da interacção pessoal à distância, nomeadamente facilitando o acesso e partilha de Tecnologias de Informação e Comunicação, utilizando ferramentas como o Hi5, Messenger, Second Life, ...;
- Reforçar as estruturas de acompanhamento de estudantes, o que constitui uma oportunidade de negócio e criação de emprego e ao mesmo tempo resolve um problema identificado no Plano de Desenvolvimento Social.
- Reforçar as actividades que proporcionem o desenvolvimento do sentido crítico, experimentação e criatividade nos jovens, independentemente do seu escalão etário.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IS 04 – Despesas do Município em actividades culturais *per capita*

IS 05 – Número de espectadores nas actividades culturais

IS 06 – Número de actividades de ocupação de tempos livres

Plano de Acção N° 11 – Estimular os jovens para um crescimento activo e responsável

Principais Intervenientes

Câmara Municipal
Juntas de Freguesias
Estabelecimentos de ensino
Equipas de animação cultural e desportiva
Espaços Internet
Centros tecnológicos e de experimentação
Clubes desportivos



Plano de Acção N° 12

Dinamizar acções de formação ao longo da vida

Objectivos Gerais

No mundo de hoje, o ritmo de evolução tem uma velocidade que exige a permanente e constante actualização dos recursos que uma comunidade tem ao seu dispor, sejam eles recursos materiais ou humanos.

O gosto pela aprendizagem e valorização pessoal impulsionam a formação que cada pessoa deve procurar para si. A evolução tecnológica por si só exige já uma formação em contínuo. O conjunto das duas potencia uma série de acções de formação a serem desenvolvidas.

A Marinha Grande, tal como outros concelhos, tem actividades económicas que, por motivos de ordem diversa (custos de produção, fim de ciclo de vida de produtos ou serviços...) podem vir a desaparecer ou a deslocalizar-se. Este fenómeno, acontecendo em grande escala, pode causar grandes problemas sociais, no que respeita ao emprego e à sustentabilidade das famílias, sobretudo se se passar ao nível de médios ou grandes empregadores do Concelho.

Num território que se pretende na vanguarda da inovação, é urgente que se tomem medidas inovadoras que permitam antecipar a resposta a situações de risco (p.e., de possível desemprego). No sentido de ter uma atitude pró-activa, e não reactiva, o Município deve impulsionar os agentes locais a credenciar os seus recursos humanos para estarem aptos a ter outras funções – pluri-funcionalidade – quer para a mesma área de negócio, quer para áreas de negócio adjacentes ou distintas, mas cujas competências exigidas sejam as mesmas.

Só com uma formação constante ao longo da vida activa ou inactiva da população se consegue dar resposta a esta preocupação, para minimizar as “migrações” de recursos humanos: saída de recursos qualificados sem oportunidades de emprego e entrada de recursos qualificados que não se encontram no mercado de emprego local.

Linhas de Acção

- Apostar na formação para os sectores tradicionais que constituem hoje oportunidades de criação de negócios e desenvolvimento do empreendedorismo.

Plano de Acção Nº 12 – Dinamizar acções de formação ao longo da vida

- Apostar nos cursos profissionais em áreas chave para o Concelho, de forma a melhorar os níveis de qualificação e, assim, facilitar o (re)ingresso na vida activa.
- Fortalecer a ligação das escolas às empresas, através de:
 - Protocolos para visitas de demonstração em ambiente de trabalho;
 - Protocolos de estágios profissionais nas empresas;
 - Criação de uma bolsa de empresas onde os alunos possam realizar estágios.
- Apoiar a adesão ao Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, que permite identificar competências adquiridas ao longo da vida e atribuir-lhes uma equivalência escolar, e aplicá-lo de forma rigorosa.
- Promover a aprendizagem ao longo da vida, pelo desenvolvimento de oportunidades formais e informais de aprendizagem, facilitando a adaptação à mudança e permitindo a inclusão social.
- Promover acções de formação que permitam antecipar soluções a um possível risco de desemprego, (que sendo eventual, pode acontecer mais facilmente se os activos tiverem poucas competências), através de:
 - Acções vocacionadas para activos (empregados e desempregados);
 - Acções que permitam a pluri-funcionalidade dentro dos sectores de actividade em que trabalham ou para sectores adjacentes ou complementares;
 - Acções que potenciem o conhecimento já adquirido para a sua aplicação noutras actividades profissionais distintas;
 - Acções que permitam aprender um ofício, com o duplo objectivo de: fomentar actividades que permitam a reutilização dos objectivos (no seu sentido mais ecológico) e manter o saber-fazer de profissões, que podem vir a desaparecer.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

ICI 03 – Número de formandos, por tipo de curso de formação profissional

Plano de Acção N° 12 – Dinamizar acções de formação ao longo da vida

Principais Intervenientes

Câmara Municipal
Juntas de Freguesia
Estabelecimentos de Ensino
IEFP
Centros de Formação
Empresas



Plano de Acção N° 13

Promover o envelhecimento activo

Objectivos Gerais

A Marinha Grande, apesar de ter um crescimento da população residente, denota, em consonância com a realidade nacional, um envelhecimento da sua população.

Numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, em que as pessoas são os motores, os agentes e os destinatários do desenvolvimento, é fundamental criar sinergias que, contribuam para a fixação de população no Concelho e permitam a plena integração da população idosa na vida activa da comunidade.

A capacidade de um território atrair e fixar população está, sem dúvida, ligada a um conjunto de condições, como o acesso à educação, à saúde, à habitação, ao trabalho, à cultura, aos serviços de assistência, entre outros factores. Está sobretudo relacionada com a percepção e o sentido de futuro profícuo para os idosos que optam por se manterem na comunidade onde em tempos foram activos. Isto está ligado à sensação de confiança que a comunidade tem em si própria, nos seus recursos e nas suas capacidades, o que motiva o “desejar viver nela”.

A manutenção da permanência dos idosos pode servir de suporte de atracção de outras populações (activa, jovem e menos jovem) para residir no Concelho. Isto supõe um consenso a médio/longo prazo, claro e inequívoco, quanto às medidas de desenvolvimento a tomar para tornar esta permanência possível. Entre estas, destaca-se o aproveitamento do *Know-how*, sobretudo da população mais idosa, através da criação de uma bolsa de voluntariado, para a manutenção da actividade das pessoas.

Assim, torna-se necessário o investimento e a mobilização de todos os agentes económicos, sociais e culturais, públicos e privados. Trata-se de um objectivo da Marinha Grande como comunidade e não de uma tarefa da Câmara Municipal.

Plano de Acção Nº 13 – Promover o envelhecimento activo

Linhas de Acção

- Promover actividades de ocupação dos tempos livres dos idosos, propiciadoras de:
 - Facilitação do acesso e partilha de Tecnologias de Informação e Comunicação, nomeadamente ferramentas como o Hi5, Messenger, Second Life, ...;
 - Promoção de actividades em grupo, ligadas ao desporto, cultura, artes...;
 - Criação de oportunidades de ocupação, através do voluntariado – criando uma bolsa de voluntariado, que deve estar aberta a todos os escalões etários;
 - Aproveitamento do Know-how de antigos operários vidreiros reformados como guias no Museu do Vidro.
- Criar espaços e fomentar actividades onde os idosos possam desenvolver:
 - actividades com crianças, fomentando o convívio e a relação intergeracional;
 - actividades com os activos, demonstrando as experiências adquiridas, como ponto de referência para os jovens e jovens adultos nas suas actividades profissionais e de lazer;
 - actividades com outros idosos, fomentando a troca de saber e de experiências, intra-geracional.
- Desenvolver actividades ligadas ao saber-fazer adquirido ao longo da vida:
 - Criação da “hora do conto”, onde os idosos relatam as suas histórias de vida;
 - Criação de oficinas de artesãos, onde os idosos demonstrem e ensinem as suas artes e ofícios.
- Desenvolver acções que estimulem o conhecimento da identidade territorial local, entendida como recurso para o desenvolvimento:
 - Recuperação e divulgação das tradições locais;
 - Realização de concursos sobre o que é ser “Marinhense”.
- Incentivar a participação da comunidade local em projectos da Autarquia.
- Promover acções de discriminação positiva para os naturais e/ou residentes no Concelho:
 - Redução do preço dos bilhetes dos eventos culturais e desportivos;
 - Redução de preços na prática de actividades desportivas;
 - Redução do preço das publicações municipais;

Plano de Acção N° 13 – Promover o envelhecimento activo

- Transporte a preços reduzidos para deslocações a eventos culturais e desportivos.
- Gerir a qualidade de vida dos idosos, diminuindo a sensação de isolamento dos idosos, através de:
 - Suporte de serviços de saúde e assistência adequados;
 - Serviços de acompanhantes a idosos, que permita um esquema de visitas ao domicílio;
 - Reforço dos centros de noite de apoio a idosos;
 - Criação de estruturas habitacionais para idosos condignas (p.e. de tipologia T0 e T1), para onde possam transportar as suas memórias, deixando as habitações degradadas que ainda ocupam;
 - Criação de serviços de proximidade, nomeadamente na área da saúde e emergência que permitam o contacto rápido com serviços de assistência, p.e. através de pulseiras para idosos ou dependentes;
 - Garantia da prestação de cuidados conhecendo as necessidades dos idosos e das pessoas dependentes, os prestadores de serviços existentes (quem são, onde estão e quantos são), promovendo parceiros de negócios na prestação de cuidados a pessoas e elaborando agendas de prestação de serviços aos cidadãos necessitados.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IS 04 – Despesas do Município em actividades culturais *per capita*

IS 05 – Número de espectadores nas actividades culturais

IS 06 – Número de actividades de ocupação de tempos livres

Principais Intervenientes

Câmara Municipal

Juntas de Freguesia

Equipa responsável pela implementação da A21L

Meios de comunicação local

Plano de Acção N° 14

Fomentar o empreendedorismo e a criatividade

Objectivos Gerais

“O espírito Empresarial é a capacidade dos indivíduos de converter ideias em actos. Compreende a criatividade, a inovação e a assunção de riscos e, bem assim, a capacidade de planear e gerir projectos com vista a alcançar objectivos.” (Definição de empreendedorismo proposta pela Comissão Europeia (2005)).

Assim, há que aproveitar as ofertas desenvolvidas em tecnologias de informação e comunicação e encontrar formas inovadoras de as aplicar aos produtos e processos existentes. Para isso é necessário colocar os indivíduos em contacto com as ferramentas de trabalho tecnológicas para que daí possam advir ideias inovadoras (“brincar com a tecnologia permite novas formas de criatividade e de inovação”).

Linhas de Acção

- Estimular o empreendedorismo premiando os jovens que desenvolvam as iniciativas mais inovadoras em termos de criação do próprio negócio.
- Estimular a criatividade e o empreendedorismo através de concursos de ideias, estágios, seminários, conferências, visitas de estudo e outras actividades similares, a nível nacional e internacional.
- Dinamizar um Banco de Ideias. O Banco de Ideias para apoio ao empreendedorismo é um sistema de identificação e registo de projectos inovadores susceptíveis de gerar interesse por parte de possíveis investidores.
- Dinamizar um Banco de Tempo Voluntário. O Banco de Tempo Voluntário para apoio ao empreendedorismo é um serviço que visa a troca de experiencias e saberes, entre cidadãos, activos ou aposentados e empreendedores/empresas, de modo a conseguir criar negócios sustentáveis.
- Fomentar o empreendedorismo nas escolas, através de actividades extracurriculares para os alunos do 9º ao 12º ano.
- Criar ambientes de experimentação e contacto com as novas tecnologias de ponta, de modo a que o contacto directo com esta realidade permita incrementar o

Plano de Acção N° 14 – Fomentar o empreendedorismo e a criatividade

gosto pela ciência, a capacidade de inovação e o empreendedorismo. Para este efeito deve-se:

- Incentivar o apoio físico e logístico por parte de empresas e de outras entidades ligadas aos sectores dominantes;
- Criar concursos de ideias;
- Realizar fóruns de discussão;
- Construir Websites de saber e conhecimento, em ambientes “wiki” (ambientes em construção permanente, abertos ao público e partilhados por todos – *crowd sourcing*).

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IS 06 – Número de actividades de ocupação de tempos livres

ICI 02 – Investigação e desenvolvimento empresarial

Principais Intervenientes

Câmara Municipal

Equipa responsável pela implementação da A21L

Meios de comunicação local

Empresários

Associações

Estabelecimentos de ensino e de formação profissional